

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.037 - PE (2019/0248129-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : MARIA LAURA DOMINGUES DE OLIVEIRA ALCOFORADO
E OUTRO(S) - PE008895
MARCELA PORTELA NUNES BRAGA - DF029929
EMBARGADO : MARLUCE PEREIRA MARTINS
ADVOGADO : MANUEL OLAVO GOMES DE ALBUQUERQUE GADELHA -
PE029969
EMBARGADO : CONSTRUTORA CARRILHO LTDA
ADVOGADOS : LARISSE SALVADOR BEZERRA DE VASCONCELOS -
PE028332
RENATA MARIA PIRES LOPES E OUTRO(S) - PE024651
ARNALDO FERREIRA DE ASSIS FILHO - PE044262
INTERES. : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240
IRLANE NICHOLS LUNA - PE034090
BRUNA BARBOSA SOARES DE ALBUQUERQUE - PE036566

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, manejados por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, em face de decisão monocrática, da lavra deste signatário, que determinou a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015, porquando o recurso especial discutiria o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 388/390 (e-STJ), a parte requerente sustenta que *"O apelo especial ora analisado encontra origem em ação de reparação de danos morais e materiais, em razão de supostos vícios construtivos em imóvel financiado por esta Empresa Pública ora embargante. Não há, logo, qualquer relação com o Tema de Repercussão Geral n.º. 1011 – RE 827.996/PR, que busca definir a existência de interesse jurídico da CAIXA nas ações securitárias habitacionais que envolvam o FCVS. Desse modo, com fundamento no artigo 1.037, §9º do Código de Processo Civil, almejando o devido distinguishing, a embargante requer o acolhimento dos presentes embargos de declaração, para, sanando o erro material apontado, reconsiderar a decisão que determinou a devolução dos autos com fundamento nos artigos 1.039 a 1.041 do CPC."*

É o relatório.

Assiste razão à peticionante.

Com efeito, em melhor exame dos autos, verifica-se que, de fato, no caso em apreço, a Caixa Econômica Federal atuou como agente financeiro.

Do exposto, **torno sem efeitos as decisões de fls. 1807-1808, 1810-1811 e 1812-1813 (e-STJ).**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se

Intime-se.

Após, retornem os autos conclusos para julgamento dos recursos especiais e do agravo.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator